



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em, 25 de novembro de 2013

MENSAGEM Nº 58/2013

38.ª Sessão Data 27/11/2013  
Encaminhamento al Doutor  
Comissões para  
perceber  
Presidente

*Recebido em 25/11/2013*  
Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo

Senhor Presidente,

Serve o presente para encaminhar para apreciação desta Colenda Câmara, projeto de lei complementar que "Estabelece a obrigatoriedade da entrega eletrônica das GIAS e DIPAMS, para apuração do Índice de Participação do Município na Arrecadação do ICMS e dá outras providências."

As necessidades de nossa comunidade são permanentes e cada momento são ampliadas em face do desenvolvimento da vida do homem em sociedade, impondo a cada momento, maior demanda por serviços e por conseguinte, verifica-se a necessidade de ampliação na captação de recursos para fazer frente a necessidade de ampliação e modernização dos serviços postos a disposição dos cidadãos.

A forma mais simples e mais usual é tão somente a elevação da carga tributária sobre o cidadão porém, na Administração Pública moderna, o que se deve ter em conta é a efetiva e bem realizada arrecadação dos tributos já instituídos.

Neste sentido, um dos tributos que apresenta importante reflexo na receita municipal é o ICMS, que apesar de ser matéria de competência estadual sua fixação e arrecadação, nos termos do que dispõe o artigo 158, IV da Constituição Federal, um quarto do produto arrecadado deve ser transferido aos cofres dos Municípios.

Assim, com a finalidade de otimizar a arrecadação destes recursos, através a presente propositura que se aprovada, a Municipalidade terá a possibilidade de acompanhar o preenchimento das operações fiscais pelos contribuintes deste tributo estadual, e na hipótese de eventual inconsistência, permitir a correção das informações prestadas ainda no período de apuração, permitindo que a receita municipal não sofra reduções em face de eventuais erros d de preenchimento de GIAS e DIPAMS.

Para a análise das informações transmitidas ao Estado, a Secretaria de Finaças esta disponibilizando um sistema informatizado no qual os contribuintes e contabilistas mensalmente disponibilizarão os dados das GIAS- guias de informação e apuração do ICMS.



*Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

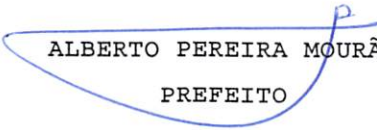
Ressalte-se que o controle da DIPAM, é prerrogativa do Município, ante a delegação promovida pelo Estado através a Portaria CAT nº 36/2003, porém como já afirmado não implicará em aumento da carga tributária, apenas trazendo a colaboração de contribuintes do ICMS e contabilistas, para o esforços de melhoria na receita municipal.

De forma bastante singela, restam indicadas as razões que nos motivam a remeter a esta Colenda Câmara, o incluso projeto de lei complementar.

Considerando a relevância da matéria, solicito seja a mesma, apreciada com a necessária urgência.

Aproveito a oportunidade para externar meus protestos de elevada e apreço a Vossa Excelência e Ilustres Pares.

Atenciosamente,

  
ALBERTO PEREIRA MOURÃO  
PREFEITO

Excelentíssimo Senhor  
SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal da  
Estância Balneária de Praia Grande - SP

39. <sup>a</sup> Sessão Data 04/12/13  
Encaminhamento Aprovado em  
1ª discussão

[Signature] Presidente

12. <sup>Ext</sup> <sup>a</sup> Sessão Data 04/12/2013  
Encaminhamento Aprovado  
em 2ª Discussão

[Signature] Presidente



*Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

**Artigo 7º** – Poderá ser solicitado através de Comunicado, à exibição de documentos fiscais complementares à apuração do Valor Adicionado, observando o disposto nos artigos 195 e 197 do CTN, tanto para empresas com Regime Periódico de Apuração (RPA) que apresentam GIAs, quanto para as empresas optantes do Simples Nacional obrigadas à entrega de informações no PGDAS-D e DEFIS no sistema da Receita Federal.

**Artigo 8º** - A inobservância das obrigações acessórias previstas na presente Lei acarretará em comunicação à Secretaria Estadual da Fazenda para averiguação de possíveis irregularidades tributárias.

**Artigo 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2013, ano quadragésimo sétimo da Emancipação.

**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**

Reinaldo Moreira Bruno  
Controlador – Geral do Município

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Esmeraldo Vicente dos Santos  
Secretário de Administração



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

FOLHA DE INFORMAÇÃO

**PROCESSO Nº 209/13**

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 04 fls. referentes a(o)  
**Projeto de Lei nº 079/13** e uma folha de informação.

Praia Grande, 28 de novembro de 2013.

**Fabiano Cardoso Vinciguerra**  
**Operador Técnico**

A Assessoria Jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 28 de novembro de 2013.

**Manoel Roberto do Carmo**  
**Diretor Legislativo**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**DIRETORIA JURÍDICA:**

Trata o presente processo de Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, que estabelece a obrigatoriedade de entrega eletrônica das GIAs e DIPAMs, para apuração do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS e dá outras providências.

O projeto cria mecanismo de acesso às informações fiscais prestadas pelo contribuinte do ICMS ao Governo do Estado, para acompanhamento e otimização da arrecadação deste tributo junto ao Estado, uma vez que 25% do produto arrecadado pertence ao Município através de sua participação no FPM, por determinação constitucional.

A medida não interfere na majoração, limitação ou restrição da atividade econômica do contribuinte, nem usurpa a competência estadual de lançar, cobrar e arrecadar referido tributo, sendo apenas criada uma obrigação acessória já existente aos contribuintes, de fornecer as informações fiscais para o Estado e também ao Município, permitindo que qualquer inconsistência seja prontamente verificada, analisada e corrigida, a fim de que a receita municipal não sofra reduções.

Considerando que do ponto de vista legal a matéria não sofre restrição, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável à votação do projeto, cujo mérito deverá ser apreciado pelo Plenário.

Praia Grande, 29 de novembro de 2013.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico

Acolho o parecer, pelos seus próprios fundamentos.  
Praia Grande, 29 de novembro de 2013.

  
**JOÃO RICARDO MARTINEZ CERVANTES**  
Diretor Jurídico



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 209/13  
PROJETO DE LEI Nº 79/13  
AUTOR: **EXECUTIVO MUNICIPAL**  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Relator: Vereadora TATIANA TOSCHI MENDES  
PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas e trinta e cinco minutos do dia dois de dezembro de dois mil e treze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, que estabelece a obrigatoriedade de entrega eletrônica das GIAs e DIPAMs, para apuração do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS e dá outras providências.

O projeto cria mecanismo de acesso às informações fiscais prestadas pelo contribuinte do ICMS ao Governo do Estado, para acompanhamento e otimização da arrecadação deste tributo junto ao Estado, uma vez que 25% do produto arrecadado pertence ao Município através de sua participação no FPM, por determinação constitucional.

A medida não interfere na majoração, limitação ou restrição da atividade econômica do contribuinte, nem usurpa a competência estadual de lançar, cobrar e arrecadar referido tributo, sendo apenas criada uma obrigação acessória já existente aos contribuintes, de fornecer as informações fiscais para o Estado e também ao Município, permitindo que qualquer inconsistência seja prontamente verificada, analisada e corrigida, a fim de que a receita municipal não sofra reduções.



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

Considerando finalmente que, do ponto de vista formal o projeto reúne as condições necessárias para ser submetido à deliberação do Colendo Plenário, única instância a quem caberá discutir o mérito da propositura; esta Comissão analisante é de parecer favorável à submissão do mesmo à decisão colegiada.

QUORUM: MAIORIA SIMPLES.

  
**JANAINA BALLARIS**

  
**TATIANA TOSCHI MENDES**

  
**ROMULO BRASIL REBOUÇAS**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 63/2013**

“Estabelece a obrigatoriedade da entrega eletrônica das GIAs e DIPAMs, para apuração do Índice de Participação do Município na Arrecadação do ICMS e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:

**Artigo 1º** - Para apuração do índice de participação do município de Praia Grande no repasse do ICMS, utilizando as prerrogativas previstas na Lei Complementar Federal nº 63, de 11/01/1990 e a Portaria CAT nº 36, de 31/03/2003 da SEFAZ/SP, institui a obrigatoriedade da entrega eletrônica dos dados das GIAs, GIAs Substitutivas, DIPAM A e DIPAM B aos contribuintes enquadrados no Regime Periódico de Apuração - RPA, com cadastro na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, através de arquivos com extensão “MDB – Microsoft Access Database”.

**Artigo 2º** - Os protocolos de entrega das GIAs gerados no sistema “Nova GIA” deverão ser entregues ao município com extensão “PDF – Adobe Reader”.

**Artigo 3º** - Os dados solicitados nos artigos 1º e 2º desta Lei deverão ser enviados por meio eletrônico através do endereço: [www.praiagrande.sp.gov.br](http://www.praiagrande.sp.gov.br), clicando no banner ICMS - DIPAM; no link de acesso ao sistema eletrônico de gerenciamento do Valor Adicionado, conforme instruções contidas no “Manual de Utilização”.



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

**Artigo 4º** - As informações deverão ser entregues mensalmente até o último dia útil do mês subsequente a do fato gerador, após a entrega junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Parágrafo único – Os contribuintes deverão encaminhar as informações do exercício de 2012 e dos meses de 2013, anteriores à vigência deste decreto, até 30 dias após sua publicação.

**Artigo 5º** - Após o envio dos arquivos solicitados, constatada alguma inconsistência, o contribuinte deverá corrigi-la para retransmitir à prefeitura.

**Artigo 6º** - As informações transmitidas no sistema eletrônico serão analisadas pela Secretaria de Finanças e caso constatado preenchimento equivocado de CFOPs – códigos fiscais de operações será solicitada ao contribuinte a necessária correção e a substituição das GIAs.

**Artigo 7º** – Poderá ser solicitado através de Comunicado, à exibição de documentos fiscais complementares à apuração do Valor Adicionado, observando o disposto nos artigos 195 e 197 do CTN, tanto para empresas com Regime Periódico de Apuração (RPA) que apresentam GIAs, quanto para as empresas optantes do Simples Nacional obrigadas à entrega de informações no PGDAS-D e DEFIS no sistema da Receita Federal.

**Artigo 8º** - A inobservância das obrigações acessórias previstas na presente Lei acarretará em comunicação à Secretaria Estadual da Fazenda para averiguação de possíveis irregularidades tributárias.



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

**Artigo 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 04 de Dezembro de 2.013**

**SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA**  
**Presidente**

**CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN**  
**1º Secretário**

**EUVALDO REIS DOS SANTOS MENEZES**  
**2º Secretário**

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 04 de Dezembro de 2.013**

**Manoel Roberto do Carmo**  
**Diretor Legislativo**



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 05 de Dezembro de 2.013.

**OFÍCIO GPC-L Nº 250/13**

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo de Lei nº 63/13, relativo ao Projeto de Lei nº 79/13, de autoria deste Executivo Municipal, o qual veio a esta Casa capeado pela Mensagem nº 58/13 e que “estabelece a obrigatoriedade da entrega eletrônica das GIAs e DIPAMs para apuração do Índice de participação do Município na Arrecadação do ICMS e dá outras providências”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Décima Segunda Sessão Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada no dia 04 do corrente mês.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

**SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA**  
Presidente

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
PRAIA GRANDE

